

Pela criação de um plano de apoio ao Alojamento Estudantil

A Ação Social tornou-se, ao longo dos últimos anos, uma das bandeiras mais importantes das Associações e Federações Académicas e de Estudantes que integram o movimento associativo estudantil nacional, tomando regularmente posições sempre que ocorria oportunidade para o fazer sobre matérias que afetavam a comunidade estudantil.

Durante o presente ano, o movimento associativo assistiu a uma alteração ao RABEEES – Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudos a Estudantes do Ensino Superior que representou uma inclusão de mais estudantes no sistema de ação social, não os deixando afastados deste apoio social. Contudo, não se verificaria apenas como uma mudança avulsa, visto que foi inserida num conjunto de alterações que tinham como finalidade acelerar a avaliação dos processos de candidatura.

No mesmo sentido, a ação social indireta tem sido alvo de preocupações por parte dos representantes estudantis, quer nas questões relacionadas com o preço das refeições nas cantinas dos serviços de ação social, quer nas condições de alojamento aos estudantes deslocados das suas cidades para poderem prosseguir estudos.

Neste contexto e verificando-se a intenção presente no Programa do XXI Governo Constitucional, é de louvar a intenção de criar um “reforço de fundos estruturais para sustentação dos instrumentos de Ação Social escolar no ensino superior”.

Contudo, entende-se que será difícil que as IES – Instituições de Ensino Superior possam acumular verbas para a construção de novas residências para albergar os estudantes, mesmo que estas sejam transferidas diretamente da tutela, sem que para tal exista a necessidade de sobrecarregar os estudantes e os seus agregados familiares com mais aumentos de propinas e taxas.

Num momento em que é perceptível que será necessário criar mais soluções de alojamento por parte dos Serviços de Ação Social, entendem os dirigentes estudantis que será importante resolver esta questão em conjunto com agentes locais, no sentido não só de reduzir custos de criação de novas infraestruturas de raiz, mas por sua vez de levar os estudantes para fora do espaço das IES, ligando-os mais às cidades e comunidades locais.

Neste processo de valorizar ainda mais as academias e o ensino superior junto das comunidades que recebem os estudantes, importa que as IES, em conjunto com os municípios, comecem a trilhar soluções para receber os estudantes e os poder fixar num futuro próximo, após a conclusão do ciclo de estudos. Assim, caberá também aos municípios a possibilidade de reabilitar espaços degradados ou fechados, que a longo prazo são colocados em risco ou se tornam um risco para a sociedade.

Deste modo, vêm as Federações e Associações Académicas e de Estudantes, reunidas no Encontro Nacional de Direções Associativas, em Lisboa, nos dias 16 e 17 de dezembro de 2017, solicitar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a criação de um plano de apoio ao alojamento estudantil, a ser trabalhado entre as IES e os municípios no sentido de auxiliar a reabilitação de habitações nas cidades que possuem academias e dar mais condições de alojamento aos estudantes desde o seu momento de ingresso no ensino superior, aproveitando neste processo linhas de cofinanciamento (fundos comunitários com verbas ainda por executar, como por exemplo, o PEDU ou PARU).

Proponente: FAP; FNAEESP

Subscritores: AAUM

Destinatário: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Associação Nacional de Municípios Portugueses; CRUP; CCISP.

Com conhecimento: Grupos Parlamentares; IES; Municípios com IES.